

FÓRUM TÉCNICO JOVENS NAS GERAIS: CONSTRUINDO O PLANO ESTADUAL DAS JUVENTUDES

15ª Reunião Preparatória – 17/5/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Órgãos e entidades presentes	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais Júnior – Crea-MG Jr. • Diretório Regional do Partido Republicano da Ordem Social – PROS • Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg • Fórum das Juventudes da Grande BH • Levante Popular da Juventude • Subsecretaria de Juventude da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac
Parlamentares e assessorias	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoria do deputado Ulysses Gomes • Assessoria do deputado André Quintão
Assessoria ALMG	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID • Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC
Pauta Prevista	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura • Apresentação dos convidados • Retomada das discussões acerca da construção do evento <ul style="list-style-type: none"> ◦ Avaliação do cenário e definição de estratégias • Marcação da próxima reunião preparatória • Encerramento
Transcurso da reunião / pontos importantes	<ul style="list-style-type: none"> • Aberta a reunião sob a coordenação da equipe técnica. • Justificou-se a ausência do deputado Ulysses Gomes, que está em reunião conjunta da Comissão de Administração Pública e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que trata de projetos prioritários do governo. • Breve apresentação dos presentes: nome e entidade que representa. • Relembrou-se que, na última reunião, no dia 19 de abril, foram suspensas as reuniões preparatórias devido ao cenário atual de restrições orçamentárias na Casa e no governo, e à falta de definições quanto à etapa de interiorizações do fórum técnico, uma vez que não fazia sentido continuar o planejamento sem uma perspectiva de datas e mesmo da possibilidade da realização das viagens. A partir da sugestão de que a Comissão Organizadora não se desmobilizasse completamente, foi marcada esta reunião para informes sobre a evolução da situação e para o debate de estratégias para fortalecer politicamente as demandas do evento. • A Gerência-Geral de Projetos Institucionais relatou que a área técnica tem reforçado em várias conversas, especialmente com a direção administrativa da ALMG, a importância de que a Casa promova a discussão das políticas de juventude, que nos últimos anos têm sido abordadas apenas no âmbito de outras áreas; além dos limites financeiros, a dinâmica da Casa, no contexto atual, tem apresentado complicações políticas, com avanços e retrocessos, às vezes no curso de 24 horas, e

15ª Reunião Preparatória – 17/5/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

dificuldades de aprovação de alguns projetos. Para dar uma ideia da restrição de interiorizações, relatou-se que as comissões parlamentares não tem feito nenhuma viagem; no entanto, existe a possibilidade de um alento financeiro com a aprovação dos projetos que estão regime de urgência, o que desobstruiria a agenda política da Casa. Com isso, já houve um aceno dos dirigentes administrativos – da Diretoria de Processo Legislativo, da Diretoria de Planejamento e Coordenação e da Diretoria Geral – sobre um horizonte positivo a médio prazo, com a possibilidade de realizar o evento caso se mantenha a mobilização da Comissão Organizadora, mas sem um posicionamento definitivo a respeito. Reforçou-se que o evento não foi desautorizado, e que não se trabalha com essa possibilidade até o momento.

- A representação do gabinete do deputado Ulysses Gomes apresentou a avaliação de que há uma sinalização para a possibilidade de realização do evento no 2º semestre, e propôs que as entidades se mobilizem para a realização de uma audiência pública da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, em cerca de um mês, para apresentação do documento de referência preparado por essa comissão e dos motivos pelos quais a etapa de interiorização é essencial para a discussão e legitimação de um plano para as juventudes.
- A representação da Subsecretaria de Juventude colocou que a proposta é cabível, mas apresentou uma outra sugestão, que pode ser a ela mesclada; para a secretaria é importantíssimo que o plano seja aprovado o mais rápido possível, o que seria grande avanço tanto para gestores quanto para movimentos sociais para pautar, demandar e aplicar as políticas públicas em todo o Estado. A sugestão é a de realizar interiorizações, por meio de auto-organização no interior, com apoio das prefeituras e órgãos regionais do Executivo estadual, como superintendências regionais de educação e da Sedese, e com a participação de uma equipe mínima da Assembleia.
- A representação da Fetaemg, falando do lugar da sociedade civil, colocou sua indignação, apesar do aceno positivo, de que o evento não aconteça como inicialmente proposto, argumentando que o gasto com a interiorização é, na verdade, um investimento; para além da indignação, e num sentido propositivo e prático, apresentou sua concordância com a proposta de buscar parcerias para realizar as interiorizações, dividindo tarefas e responsabilidades para viabilizar a discussão nas regiões; em relação à proposta de audiência pública, foi questionada a necessidade de rediscutir o documento.
- No âmbito desse debate, a Gerência-Geral de Projetos Institucionais ponderou que uma estratégia viável a ser empreendida pelo grupo de participantes, caso assim se decida, seria pensar ações que gerem uma visibilidade para que a proposta se mantenha acesa na agenda da Casa, com as entidades se mobilizando e acionando seus contatos políticos, deixando marcado que já foi construído coletivamente um documento primoroso em termos de conteúdo e também que a discussão no interior do Estado é fator fundamental nesse processo para a Comissão Organizadora.
- Nesse sentido, ponderou-se também que a eventual realização de uma audiência pública, tal como estava colocada em debate, melhor serviria para apresentar o documento e reforçar a demanda pela interiorização do evento, e não para discutir o conteúdo do documento em si; a ideia seria entregar o material numa audiência com ampla participação das entidades, como forma de dar visibilidade política e institucional à demanda.
- Sobre a sugestão de auto-organização e parcerias, a equipe técnica lembrou que foi apresentada proposta similar pelo Crea Júnior e que a Casa já trabalha com parcerias para cessão de espaços, não existindo expectativa de gastos nesse sentido, e esclareceu que o que está dado é uma impossibilidade de viajar, não há autorização alguma para custos de deslocamento e diárias de equipes, e de comunicação e publicidade para os eventos.
- Lembrou-se que fóruns livres foram pensados para compensar as eventuais lacunas territoriais na discussão das propostas, já que desde o início se antevia que talvez não fosse possível realizar o número ideal de interiorizações.

15ª Reunião Preparatória – 17/5/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

- Apresentou-se uma concordância com as duas propostas, que podem ser amadurecidas, mas lembrou-se que ideia de buscar parcerias acaba jogando uma responsabilidade nos movimentos que já fazem todo um trabalho e também sofrem com o momento de crise financeira, sendo que o ideal seria usar os próprios instrumentos legislativos para mobilizar os lugares e fomentar o processo. Propôs-se focar num primeiro momento na audiência pública, e abordar nela a base metodológica proposta para a discussão e um mapeamento dos territórios que têm fragilidades, da juventude rural, quilombola, indígena e do MST, mostrando a base teórica que comprova a necessidade de trazer para a discussão essas juventudes que não têm representação e evidenciando que, além de diretrizes para os movimentos e espaços de participação organizados, o plano estadual estará legitimando as demandas e militância – e mesmo salvando vidas, já que há casos de mortes – de jovens e juventudes que têm sofrido perseguição pelo Estado.
- Questionou-se sobre a possibilidade da ALMG enviar um só técnico, e de buscar parcerias também com Escolas do Legislativo das câmaras municipais e, para a comunicação, com midialivristas para viabilizar mais agilmente a discussão no interior.
- A equipe técnica colocou que a ideia das parcerias com escolas do legislativo e prefeituras implicaria na perda da possibilidade de trazer representantes regionais, que seriam eleitos em cada encontro regional e trazidos para a etapa final com custeio da ALMG, e argumentou que talvez seja melhor aguardar um pouco e fazer tudo como proposto em lugar de apressar o processo com perdas significativas.
- Diante de tal discussão, a representação da Consultoria Temática da Casa sugeriu tentar aprovar um debate público na Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, esclarecendo que esse é um formato de evento no âmbito das comissões um pouco mais robusto do que as audiências públicas.
- A representação do gabinete do deputado Ulysses Gomes questionou quais seriam os prazos para a preparação de um debate público; relatou-se que o planejamento em geral leva 30 dias, e há um custo maior envolvido, são convidados palestrantes e debatedores, enquanto as audiências públicas podem ser preparadas em 15 dias.
- Nessa lógica, a representação da Gerência de Relações Públicas colocou que podem ser pensadas estratégias para manter a pauta aquecida de uma forma tecnicamente correta, sem gerar expectativas demais, e que esse ponto será levado à Diretoria de Comunicação. Ressaltou-se que as ferramentas de comunicação da Casa estão à disposição, e que é possível comunicar com bom custo-benefício, sobretudo contando com a parceria em rede das entidades.
- Propôs-se a coleta de um *mailing* com os contatos repassados pelas entidades para esse trabalho de multiplicação em rede dos esforços de mobilização.
- Questionou-se se a proposta de protelar o evento implicaria na execução do fórum na amplitude inicialmente proposta.
- A equipe técnica colocou que trabalha nessa perspectiva, de aprovação do desenho inicialmente pensado, com a ressalva de que talvez haja uma redução do número de encontros regionais; também a representação do gabinete parlamentar afirmou que espera a realização de interiorizações.
- Propôs-se realizar audiências públicas em diferentes comissões, incluindo as de Participação Popular e de Direitos Humanos.
- Afirmou-se que não seria adequado dispersar a mobilização em mais de um ato, e sugeriu-se uma audiência conjunta das três comissões.
- A representação do gabinete do deputado Ulysses Gomes avalia que uma audiência pública seria melhor que um debate público nesse momento, mesmo porque poderia surgir o argumento de que a discussão demandada pelo fórum técnico já

15ª Reunião Preparatória – 17/5/2017 – 14 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI

Transcurso da reunião / pontos importantes

- tivesse sido realizada pelo debate público.
- Relatou-se que, de 14 a 18 de junho, será realizado congresso da UNE em Belo Horizonte, com participação de mais de 10 mil estudantes de várias partes do Estado e do país, e foi proposto fazer a audiência nessa época para aproveitar a mobilização.
 - Como encaminhamento, decidiu-se que haverá o agendamento, sob a responsabilidade do gabinete do deputado Ulysses Gomes, de uma audiência pública em junho, ou conjunta com as comissões parlamentares mencionadas ou apenas da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, em que seriam apresentados a minuta do documento de referência e um material com o mapeamento das vulnerabilidades das juventudes do Estado que justificariam a interiorização
 - Colocou-se que o material deve conter o histórico da organização (que pode ser obtido pelas memórias das reuniões), a minuta do documento de referência e o mapeamento das vulnerabilidades proposto, e sugeriu-se que a necessidade de regionalizar o debate seja reforçada também pelas falas dos membros da mesa da audiência.
 - A representação da Subjuve colocou a possibilidade de compilar vários dados, não só da Sedpac mas de outras secretarias, como os da construção do Fórum das Juventudes Quilombolas, dados das Escolas Famílias Agrícolas, dados das medidas socioeducativas e suas demandas regionais, e o mapa de ocupações de escolas do ano passado, que podem contribuir para argumentar de forma bem persuasiva sobre a necessidade de interiorizar o debate.
 - Perguntou-se se a Subsecretaria já tem ideia de quando será enviado o projeto de lei do plano para a ALMG, argumentando-se que a apresentação do PL seria mais um ingrediente para fortalecer politicamente a demanda pelo fórum técnico.
 - A representação da Subjuve colocou que, tendo em vista a possibilidade do protelamento da discussão do plano e o atraso da instituição do conselho, fatos que colocam em risco todo um trabalho, deve-se buscar fazer estrategicamente uma pressão interna, com o auxílio dos movimentos de juventude e da sociedade civil, para que o processo se agilize.
 - Ficou definido que o secretário de estado da Sedpac será convidado para a audiência em prol do fórum técnico.
 - A equipe técnica sugeriu a formação de uma equipe de três ou quatro pessoas para formatar o material para apresentação na audiência. A subcomissão foi formada e se reunirá na próxima quinta-feira, dia 25 de maio às 14 horas.
 - Foi sugerida a participação de representante da Fetaemg (já ausente da reunião), uma vez que a entidade possui muitos dados sobre a realidade do interior, e da representante do Instituto Pastoral da Juventude, que contribuiu muito na sistematização das propostas. Para tal, solicitou-se que os próprios parceiros entrem em contato e façam convite a essas entidades.
 - Colocou-se que o material não precisa ser exaustivo, mas exemplificativo sobre a necessidade de levar o debate no interior. A equipe técnica contribuirá com o histórico de organização do fórum, mas reforçou que a parte de compilação de dados e argumentação política deve ficar a cargo das entidades e gabinetes.
 - A Consultoria Temática colocou que, na verificação final do documento de referência, surgiram algumas questões que precisam ser apresentadas à Comissão Organizadora; decidiu-se que os pontos serão verificados em reuniões futuras. A versão a ser apresentada na audiência pública será uma minuta.

Próximas reuniões

- **Não há reuniões marcadas. A data e horário da audiência pública para reforçar a demanda pelo fórum técnico interiorizado serão informados assim que definidos e as reuniões preparatórias serão retomadas oportunamente.**